

12 MAR 2003

MAIS PRESSA

DF - Saúde

A saúde não pode esperar

ABADIA VAI À CÂMARA E PEDE AOS DEPUTADOS QUE AGILIZEM A VOTAÇÃO DO PROJETO ENVIADO PELO EXECUTIVO PARA TIRAR O SISTEMA HOSPITALAR DA CRISE EM QUE SE ENCONTRA

Ângela Oliveira

A governadora em exercício Maria de Lourdes Abadia fez, ontem pela manhã, uma visita ao presidente da Câmara Legislativa, deputado Benício Tavares (PTB), e à bancada governista, para pedir a votação, em regime de urgência urgentíssima, do projeto que trata do plano emergencial de saúde, encaminhado pelo Executivo no último dia 28. O plano tem como objetivo melhorar o atendimento na rede pública de saúde em todo o DF. A proposta do governo é criar um novo modelo de gestão das atividades administrativas nos hospitais, centros e postos de saúde.

A principal medida prevista pelo projeto é a criação do cargo de diretor-administrativo para cuidar dos problemas corriqueiros das unidades de saúde. A idéia é desvincular o papel do profissional de medicina das atividades mais técnicas. O especialista de saúde irá se preocupar apenas com os assuntos médicos, científicos, enquanto que o diretor-administrativo se dedicará aos problemas relacionados com a administração e manutenção do sistema, como, por exemplo, falta de remédios, funcionamento da lavanderia ou quebra do ar condicionado, ressaltou a governadora.

A reunião com os deputados foi a portas fechadas e durou mais de duas horas.



Benício, Abadia e Eurides Brito: deputados prometeram fazer o possível para apressar votação

Abadia saiu do encontro bastante animada e disse que, assim que o governador Joaquim Roriz (PMDB) retornar das férias de 15 dias, as medidas para as melhorias da rede de saúde já estarão bem encaminhadas. "Quando o governador voltar vai encontrar muitas coisas em funcionamento", garantiu. Ela afirmou que todos os deputados da base governista se compromete-

ram a agilizar a tramitação do projeto, mas não soube informar em quanto tempo a matéria poderá ser votada.

O presidente da Câmara disse que não dava para definir um prazo para a apreciação do projeto, e que tudo dependerá do entendimento entre os partidos. "Estamos numa casa política, por isso vamos ampliar o leque de reuniões, conversando, inclu-

sive com a oposição, para agilizar a tramitação. Não estamos falando de dias, mas de horas, no entanto tudo depende do entendimento com os deputados", salientou, Tavares. Ele acrescentando que a matéria terá que passar por três comissões – Constituição e Justiça (CCJ); Economia, Orçamento e Finanças (CEO) e a de Educação e Saúde (CES).

A tramitação pela CCJ é fundamental para que seja analisado a constitucionalidade da matéria. Já a CEOF terá que avaliar o impacto que as medidas terá no orçamento do GDF. Com a aprovação do projeto, serão criados cerca de 200 cargos na área de saúde. Com isso, os gastos no setor deverão ser elevados em aproximadamente R\$ 15 milhões, em 2003.